

ANO MMXXV

Quarta-feira, 04

Lula diz que 'não deu tempo' de discutir mudança no IOF e que Fazenda busca reparo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta terça-feira (3) que "não deu tempo" para discutir a mudança no decreto que aumentou o IOF. "O Haddad, no afã de dar uma resposta à sociedade, elaborou uma proposta da Fazenda", disse. "Não acho que tenha sido erro não, foi momento político e em nenhum momento o companheiro Haddad teve qualquer problema de discutir o assunto. A apresentação do IOF foi o que pensaram naquele instante.". Lula defendeu o diálogo com o Congresso e reforçou que o tema será discutido em almoço com os presidentes das Casas e os líderes ainda nesta terça. "Eu acho que o o Ministério da Fazenda está tentando fazer um reparo...". Leia mais clicando [aqui](#).
Fonte: Jornal de Brasília



Governo mira petróleo e nova conta pode custar caro à Petrobras, avalia XP

A proposta do governo federal para arrecadar até R\$ 35,25 bilhões junto ao setor de petróleo e gás entre este ano e 2026 causou reações imediatas no mercado financeiro. Para a equipe de análise da XP Investimentos, as medidas estudadas, que envolvem aumento da carga tributária e antecipações de receita, abrem uma nova frente de incerteza para os investidores e devem pressionar o desempenho das companhias do setor nas próximas semanas. Fonte: InfoMoney

Lula pede pressa em regulação de redes sociais, seja pelo Congresso ou pelo STF

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nesta terça-feira que é necessário pressa para regulamentar a atividade das redes sociais no Brasil, na mesma semana em que o Supremo Tribunal Federal (STF) irá revogar o julgamento sobre o tema. Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, Lula afirmou ainda que uma regulamentação pode ser feita tanto pelo Congresso Nacional quanto pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Fonte: InfoMoney

Fraude no INSS: Justiça manda bloquear R\$ 23,8 milhões de investigados

A Justiça Federal acatou pedido da AGU e determinou o bloqueio de R\$ 23,8 milhões em bens de empresas, e seus sócios, investigados por suspeitas de fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS. A juíza federal Luciana Raquel Tolentino de Moura, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, decretou a indisponibilidade de bens e ativos financeiros das pessoas jurídicas Venus Consultoria Assessoria Empresarial S/A, e de seus sócios Alexandre Guimarães e Rubens Oliveira Costa, bem como da pessoa jurídica THJ Consultoria LTDA e de sua sócia Thaisa Hoffmann Jonasson. Fonte: CNN Brasil

Milei incentiva argentinos a 'tirar dólares debaixo do colchão'; entenda os motivos

O presidente da Argentina, Javier Milei, anunciou em maio um plano ambicioso para repatriar parte dos US\$ 246 bilhões em dólares não declarados que, segundo estimativas oficiais, estão fora do sistema financeiro do país. O objetivo é atrair novamente esses recursos para o circuito bancário nacional e reforçar a base de capital da economia, marcada pela escassez crônica de divisas. Leia mais clicando [aqui](#).
Fonte: InfoMoney

IA vai tirar seu emprego? Bill Gates diz que 3 profissões estão seguras por enquanto

O avanço acelerado da IA está transformando indústrias e provocando temores sobre a substituição em massa de empregos. Em entrevista, o bilionário e cofundador da Microsoft, Bill Gates, alertou que a IA tornará muitas funções obsoletas, mas destacou que três profissões devem resistir, pelo menos por enquanto: programadores, especialistas em energia e biólogos. Essas carreiras envolvem habilidades complexas que a IA ainda não consegue replicar plenamente. Fonte: InfoMoney

Vendedora com contrato intermitente terá direito à estabilidade para gestantes

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve o reconhecimento do direito à estabilidade da gestante para uma vendedora do Magazine Luiza S/A contratada na modalidade intermitente. Para o colegiado, a exclusão da garantia de emprego para trabalhadoras intermitentes configuraria tratamento discriminatório. Fonte: Granadeiro

Filha de sócio não consegue reverter penhora de imóvel comprado do pai

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou recurso de uma mulher que tentava anular a penhora de um imóvel adquirido de seu pai, sócio de uma empresa devedora numa ação trabalhista. O colegiado concluiu que a venda do bem constituiu fraude à execução e afastou a alegação de que a compradora teria agido de boa-fé. Em seu recurso de revista ao TST, a mulher sustentava que não era parte no processo trabalhista, que desconhecia a execução e que adquiriu o imóvel de boa-fé. Alegou ainda que a penhora violaria garantias constitucionais, como o direito à propriedade e ao devido processo legal.
Fonte: Granadeiro